

- LXXVIII -**CORRELAÇÕES TEÓRICAS POSSÍVEIS ENTRE AS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA ESCOLA EM TEMPO
INTEGRAL E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvicé⁴⁷
pavisasulu@gmail.com

Rosilene Lagares⁴⁸
roselagares@uft.edu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O debate a respeito da educação e da escola em tempo integral no Brasil não representa mais um modismo educacional, sendo temática recorrente. Pensadores do passado como Teixeira (2010) e Ribeiro (2010) se debruçaram de forma pródiga em sua análise, e tais discussões vêm acumulado subsídios teóricos, com momentos de maior destaque, como no contexto dos anos 2000, resultando, inclusive, em parte do conjunto normativo da área.

De forma análoga são as discussões a respeito da formação de professores, envolvendo aspectos distintos, como seus objetivos, conteúdos e modos.

Com perspectiva analítica e abordagem crítica de investigação, assentamo-nos em aportes teóricos, analisando influências de Teixeira (2010), Ribeiro (2010) e de duas das principais interlocutoras e formuladoras de políticas educacionais para a escola em tempo integral a partir dos anos 1990, Cavaliere (2002) e Moll (2012); e, no que tange a formação de professores, revisando teses de Duarte (2010), Mazzeu (2011) e Dourado (2015).

Como as duas temáticas estão perpassadas por disputas de concepções, questionamos quais são as filiações teóricas das concepções hegemônicas das políticas educacionais para a escola em tempo integral e para a formação de professores no contexto

⁴⁷ Universidade Federal do Tocantins, Rede Municipal de Educação de Palmas-TO,

⁴⁸ Universidade Federal do Tocantins,

dos anos 2000; e quais as possíveis implicações na Política Educacional na conjuntura a partir da segunda década dos anos 2000.

Assim posto, nosso objetivo central é analisar as filiações teóricas das concepções hegemônicas das políticas educacionais para a escola em tempo integral e para a formação de professores e as implicações na Política Educacional na conjuntura dos anos 2000.

DESENVOLVIMENTO

Teixeira (2010) e Ribeiro (2010) são duas grandes referências teóricas na discussão da escola em tempo integral na perspectiva do movimento escolanovista.

Um elemento perceptível no constructo teórico de Teixeira (2010) é a concepção negativa do ato de ensinar e suas variações, como exemplo, a negação da transmissão do conhecimento, da teoria, da razão, do saber sistematizado. O autor chega a tratar de forma pejorativa a capacidade racional e intelectual, “[...] Os pontos de vista do racionalismo ou do intelectualismo operam sobre o velho dualismo de natureza e experiência [...]”, supervalorizando a experiência, o “aprender a aprender” (TEIXEIRA, 2010, p.34).

Chagas, Silva e Souza (2012, p.78) destacam as formulações de Darcy Ribeiro e a relação da sua produção enquanto “herança” escolanovista de Anísio Teixeira: “O movimento escolanovista influenciou diretamente Darcy Ribeiro e o transformou em um dos seus herdeiros mais ilustres, empunhando essa bandeira renovadora até o final da sua vida.”

Essa influência, que é destacada por Freitas e Galter (2007), não ficou restrita ao século XX, pois o debate sobre escola em tempo integral que voltou a figurar como central nas duas primeiras décadas do século XXI deu continuidade às filiações teóricas do passado, como por exemplo, nas ideias de Cavaliere (2002) e Moll (2012).

Nenhum dos autores citados que discute a temática fez relações entre limitações e equívocos produzidos pelas propostas assentadas na teoria escolanovista que sustentam a definição das políticas educacionais para a escola em tempo integral, nos séculos XX ou XXI.

No que diz respeito às políticas educacionais de formação professores, segundo Arce (2001) e Mazzeu (2011), se formos às origens da filiação das teorias do “professor reflexivo”, de Novoa e Schon; da “pedagogia das competências”, de Perrenoud; do “construtivismo”, de Piaget; da “epistemologia da prática”, de Tardif; entre vários outros, chegaremos a matriz “métodos ativos” com origem no escolanovismo de John Dewey.

Ainda, segundo Mazzeu (2011) e Arce (2001), oficialmente, é por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, dos Referenciais para Formação de Professores de 1998 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica de 2001/2002, que as pedagogias do “aprender a aprender” tornam-se fundamentos da Política Educacional brasileira.

No início do século XXI, dois⁴⁹ acontecimentos e documentos demonstram que as pedagogias do “aprender a aprender” continuam subsidiando a Política Educacional no Brasil, sendo a Lei nº 13.415/2017⁵⁰ (BRASIL, 2017), que reforma o Ensino Médio, e a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

CONCLUSÕES

Os aportes teóricos indicam que as concepções hegemônicas das políticas educacionais para a escola em tempo integral e para a formação de professores têm filiações teóricas na perspectiva escolanovista, assim como que a “pedagogia do aprender a aprender” continua influenciando a Política Educacional brasileira na conjuntura a partir da segunda década dos anos 2000.

As mesmas teorias pedagógicas que sustentaram as reformas educacionais de cunho neoliberal na década de 1990 no Brasil, voltaram a sustentar a reforma do Ensino Médio e a BNCC. Em outras palavras, a filiação a matriz escolanovista aguça os limites das duas problemáticas, sendo possível supor que a história educacional brasileira contemporânea – século XX e início de século XXI – é sustentada hegemonicamente por essa teoria, não como professam alguns de que o referido fundamento é de orientação marxista.

REFERÊNCIAS

⁴⁹ Poderíamos apresentar três se analisássemos as “novas” Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, tendo por base o Parecer CNE/CP 02/2015, aprovado em 9 de junho de 2015 e homologado pelo MEC em 24 de junho de 2015 (DOURADO, 2015). Mas como a reforma do ensino médio e a BNCC condicionam de forma a desqualificar a política de formação de professores(as), concluímos que tornam as “novas Diretrizes” letra morta.

⁵⁰ Reforma implementada por meio da Medida Provisória 746/2016 (BRASIL, 2016), significando que o Governo de Michel Temer foi incapaz de seguir o rito da democracia burguesa. Ainda, com a Medida Provisória não existiu o debate sobre a sua viabilidade, e sim a imposição as suas mudanças nefastas para o ensino médio brasileiro.

ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n° 74, Abril/2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória 746**, de 22 de setembro de 2016. Reformulação do Ensino Médio. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

CHAGAS, Marcos Antonio M. das; SILVA, Rosemaria J. Vieira; SOUZA, Silvio Claudio. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: contribuições para o debate atual. MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n°. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schon não entendeu Luria). DUARTE, Newton; DELLA FONTE, Sandra Soares. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana: sete ensaios de pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

FREITAS, Cezar Ricardo de; GALTER, Maria Inalva. Reflexões sobre a educação em tempo integral no decorrer do século XX. **Educare et educare**, UNIOESTE CAMPUS D E CASCAVEL, Vol. 2 n° 3 jan./jun. 2007.

GOMES, Candido Alberto. **Darcy Ribeiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MAZZEU, Lidiane Teixeira Brasil. A política educacional e a formação de professores: reflexões sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos da reforma. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação enquanto política pública. In. MOLL, Jaqueline [et al]. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.